

## MULHERES AMAZÔNIDAS: OS DESAFIOS PARA O ACESSO ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS

**Diana Kássia Oliveira de Almeida Silva**

<https://orcid.org/0009-0007-0667-7150>

Universidade Federal do Amazonas, Programa de Pós-graduação em Serviço Social e Sustentabilidade, Manaus/AM - Brasil  
dianakoas@gmail.com

**Manuela Lopes Muniz**

<https://orcid.org/0009-0003-6200-4613>

Universidade Federal do Amazonas, Programa de Pós-graduação em Serviço Social e Sustentabilidade, Manaus/AM - Brasil  
lmuniz.manuela@gmail.com

**Rejane Nunes Moraes dos Passos**

<https://orcid.org/0009-0005-5408-2317>

Universidade Federal do Amazonas, Programa de Pós-graduação em Serviço Social e Sustentabilidade, Manaus/AM - Brasil  
rejanenmdospassos@gmail.com

**Iraildes Caldas Torres**

<https://orcid.org/0000-0003-3625-5040>

Universidade Federal do Amazonas, Programa de Pós-graduação em Serviço Social e Sustentabilidade, Manaus/AM - Brasil  
iraildescaldas@gmail.com

**Lidiany de Lima Cavalcante**

<https://orcid.org/0000-0003-0477-6386>

Universidade Federal do Amazonas, Programa de Pós-graduação em Serviço Social e Sustentabilidade, Manaus/AM - Brasil  
lidiany@ufam.edu.br

**Recebido em: 22/04/2026**

**Aceito em: 04/05/2026**

**Resumo:** Este artigo analisa os desafios enfrentados pelas mulheres amazônidas no acesso às políticas públicas, com ênfase nos saberes tradicionais e nas contradições impostas pela lógica capitalista neoliberal. A pesquisa parte do “fator amazônico” como eixo analítico, reconhecendo as particularidades territoriais, culturais e sociais que atravessam a formulação e a efetivação de direitos. Adota-se como procedimento metodológico a pesquisa bibliográfica, com base em livros, artigos científicos, dissertações e teses, para subsidiar a reflexão sobre sustentabilidade, tecnologias sociais, políticas públicas e suas interfaces com a invisibilização histórica dessas

mulheres. Argumenta-se que a fragilidade das políticas públicas na região está relacionada à ausência de reconhecimento das especificidades locais, à marginalização dos saberes tradicionais e à atuação insuficiente do Estado. Assim, o estudo aponta que o fortalecimento dessas políticas exige a valorização dos modos de vida amazônicos e o reconhecimento das mulheres da floresta como sujeitos ativos na construção de alternativas emancipatórias.

**Palavras-chave:** Mulheres amazônidas; Políticas públicas; Amazônia.

## **AMAZONIAN WOMEN: THE CHALLENGES OF ACCESSING PUBLIC POLICIES**

**Abstract:** This article analyzes the challenges faced by Amazonian women in accessing public policies, with an emphasis on traditional knowledge and the contradictions imposed by neoliberal capitalist logic. The research is based on the “Amazon factor” as an analytical axis, recognizing the territorial, cultural and social particularities that cross the formulation and implementation of rights. The methodological procedure adopted is bibliographical research, based on books, scientific articles, dissertations and theses, to support reflection on sustainability, social technologies, public policies and their interfaces with the historical invisibility of these women. It argues that the fragility of public policies in the region is related to the lack of recognition of local specificities, the marginalization of traditional knowledge and insufficient action by the state. Thus, the study points out that strengthening these policies requires valuing Amazonian ways of life and recognizing forest women as active subjects in the construction of emancipatory alternatives.

**Keywords:** Amazonian women; Public policies. Amazon.

## **INTRODUÇÃO**

Este artigo tem como objetivo discutir os desafios enfrentados pelas mulheres amazônidas no acesso às políticas públicas, evidenciando como a formulação e a implementação dessas ações ainda operam sob lógicas centralizadoras e dissociadas das realidades locais. A partir de uma abordagem crítica e interseccional, busca-se compreender de que forma os entraves estruturais, simbólicos e políticos contribuem para a manutenção da exclusão de mulheres que vivem em contextos marcados pela desigualdade e pela invisibilidade histórica. Refletir sobre as políticas públicas na Amazônia exige, portanto, reconhecer a potência dos saberes tradicionais e a necessidade de territorialização das ações estatais, como condição para a efetivação dos direitos e para a construção de uma sociedade mais justa e plural.

O debate sobre a sustentabilidade, diversidade sociocultural e justiça social tem se intensificado diante dos impactos provocados pelo avanço do capitalismo neoliberal em regiões ambiental e culturalmente sensíveis, como na Amazônia. Nesse

contexto, as mulheres amazônidas, principalmente as que moram nas comunidades tradicionais, indígenas, ribeirinhas e quilombolas, vivenciam grandes desafios históricos e estruturais no acesso às políticas públicas. Estas dificuldades nos trazem uma reflexão sobre a ausência da atuação do Estado em face às políticas públicas, essa fragilidade também mostra as tensões entre os saberes tradicionais e os modelos desenvolvimentistas impostos externamente à realidade amazônica.

As mulheres amazônidas possuem vivências e saberes tradicionais que fundamentam a produção de artesanatos e outras atividades essenciais para sua subsistência, conhecimentos estes transmitidos de geração em geração. Destaca-se que a maioria dessas mulheres, sobretudo aquelas residentes em comunidades ribeirinhas, enfrenta dificuldades significativas no acesso às políticas públicas. Essa precariedade decorre, em grande parte, das condições geográficas específicas, uma vez que habitam às margens dos rios, e tendo como meio de transporte fluvial para se deslocar, e por isso, se torna mais complicado seu acesso às políticas públicas. É importante destacar que, embora as políticas públicas existam formalmente, sua aplicação não ocorre de maneira equitativa, resultando em desigualdade no acesso aos direitos garantidos pela Constituição. A partir das análises bibliográficas realizadas, observa-se que as mulheres amazônidas enfrentam limitações no exercício desses direitos, especialmente devido às condições de vulnerabilidade em que grande parte delas vive.

## **METODOLOGIA**

Para a discussão proposta utilizamos como procedimento metodológico a pesquisa bibliográfica, nos proporcionando uma reflexão por meio de livros, artigos científicos, dissertações e teses, como balizadores e norteadores na

análise das categorias capitalismo neoliberal e a sustentabilidade; diversidade sociocultural, mulheres da floresta e saberes tradicionais; Políticas Públicas e fator amazônico. Realizamos uma análise crítica sobre sustentabilidade, fator

amazônico, tecnologia social, políticas públicas e seus impactos na invisibilidade das mulheres amazônidas.

## RESULTADOS E DISCUSSÕES

### ***Capitalismo Neoliberal e a Sustentabilidade***

De acordo com Casara (2021), o neoliberalismo procura apresentar uma garantia para o estado do planeta, os interesses individuais e a justiça entre os homens. Se no absolutismo a garantia era Deus, no neoliberalismo a garantia é o mercado protegido e auxiliado pelo Estado, neste sentido o autor destaca que:

[...] Diante do contexto gerado pela crise do liberalismo, a racionalidade neoliberal aparece como resposta possível à superação dos problemas sem solução no modelo anterior. Para tanto, há um novo modo de pensar e atuar que, por exemplo, se dispõe a 'abandonar ou trair o ideal de uma cidade regida por leis que ela mesma se dá', substituindo essas leis, pensadas e aprovadas segundo a tradição da democracia representativa, por decisões tomadas a partir de cálculos de interesse, por um governo impessoal que assume a forma de 'uma governança pelos números'. (Casara, 2021, p. 69-70)

Nesse contexto, o autor ressalta que o neoliberalismo deve ser compreendido como uma racionalidade que se tornou hegemônica, configurando-se como uma lógica de pensamento e ação que trata tudo e todos como objetos descartáveis, baseando-se em cálculos de interesse voltados exclusivamente para o lucro, a acumulação tendencial de capital ou a obtenção de vantagens pessoais. Embora essa lógica seja, em essência, irracional, ela se apresenta como a única forma possível de organização social.

O capitalismo neoliberal, ao priorizar os interesses do mercado e a acumulação desenfreada de capital, gera impactos diretos na sustentabilidade socioambiental. De acordo com Casara (2021), essa lógica econômica transforma tudo em mercadoria, inclusive a natureza e as relações sociais, aprofundando desigualdades e naturalizando a exploração dos recursos, com isto, ocorre a aceleração das mudanças climáticas (efeito estufa, aumento das temperaturas); desmatamento ambiental; perda da biodiversidade e extinção de espécies; poluição dos oceanos, rios e solos, dentre outros aspectos.

Nessa perspectiva, é notório que as questões ambientais são tratadas como oportunidades de lucro, e muitas das vezes mascaradas por discursos de responsabilidade social e “marketing verde”, sem mudanças reais no modelo produtivo. Isso resulta não apenas na intensificação da crise climática, mas também na precarização das condições de vida de populações vulneráveis, ampliando a miséria social e ambiental. Assim, como alerta Casara (2021, p. 110), “a miséria neoliberal não é apenas material, mas simbólica, subjetiva e ambiental, afetando todas as dimensões da vida”.

O conceito de desenvolvimento sustentável foi reconhecido internacionalmente em 1972, na Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento e Meio Ambiente Humano, que ocorreu em Estocolmo na Suécia e reuniu 113 países. A comunidade internacional adotou a ideia de que o desenvolvimento socioeconômico e o meio ambiente, até então tratados como questões separadas, podem ser geridos de uma forma mutuamente benéfica.

A partir dessa configuração, Sachs desenvolveu as cinco dimensões de sustentabilidade do ecodesenvolvimento que servem como base para um crescimento econômico equilibrado e articulado para a conservação do meio ambiente, extinguindo o crescimento econômico dentro do padrão passado, são eles:

- 1- Sustentabilidade Social: O processo deve se dar de tal maneira que reduza substancialmente as diferenças sociais. Considerar o desenvolvimento em sua multidimensionalidade, abrangendo todo o aspecto de necessidades materiais e não materiais;
- 2- Sustentabilidade Econômica: A eficiência econômica baseia-se em uma alocação e gestão mais eficientes dos recursos e por um fluxo regular do investimento público e privado [...];
- 3- Sustentabilidade Ecológica: Compreende a intensificação do uso dos potenciais inerentes aos variados ecossistemas, compatível com sua mínima deterioração.
- 4- Sustentabilidade Espacial: Pressupõe evitar a concentração geográfica exagerada de populações, atividades e de poder. Busca uma relação equilibrada cidade-campo; e
- 5- Sustentabilidade Cultural: Significa traduzir o conceito normativo de ecodesenvolvimento em uma pluralidade de soluções particulares, que respeitem as especificidades de cada ecossistema, de cada cultura e de cada local. (Sachs, 1993, p. 37-38)

As cinco dimensões de sustentabilidade dos sistemas econômicos devem ser observadas para se planejar o desenvolvimento social, econômico, ecológico, espacial e cultural. O objetivo da sustentabilidade social é melhorar os níveis de

distribuição de renda, com a finalidade de diminuir a exclusão social e a distância (econômica) que separa as classes sociais.

### ***Diversidade sociocultural, mulheres da floresta e saberes tradicionais***

As mulheres da floresta integram todo processo, pré-extração, própria extração, produção, reprodução daquele elemento, preservação do significado simbólico e místico dos elementos para aquela comunidade, compartilham conhecimentos e ressignificam aquele elemento natural em outro produto, amparadas pela simbiose que possuem com a natureza. Iraldes Torres elucida que as mulheres perpassam e transversalizam todo processo produzido pela comunidade:

É a mulher que prepara a cerâmica e conhece perfeitamente a técnica de manuseio da argila, cozimento e acabamento dos utensílios na temperatura adequada do fogo; tece a rede de dormir e rede de pesca; faz o jamaxi, faz abanos ou leques, paneiro para o depósito de farinha, cestos, peneiras, balaios, confecciona o jirau para tratar o peixe, faz suspensórios de paxiúba para plantar a cebolinha e hortaliças; fabrica o seu próprio fogão de barro e forno de fazer farinha; tece o tipiti que é utilizado na fabricação de farinha, enfim, confecciona vários outros implementos de cozinha além de ocupar-se dos serviços domésticos. (Torres, 2011, p. 106-107)

Nesse trecho é possível entender que as mulheres fazem parte direta e/ou diretamente de tudo que circula na comunidade, seja na criação e construção de itens que serão usados em alguma extração, seja na concepção de artigos de conservação, transporte ou manuseio do elemento, que envolve artesanato, também realiza a extração e faz seu manuseio, toda sua participação carrega consigo a criação dos filhos, de forma inseparável, possibilitando-os primeiro contatos com a tradição e a cultura do seu povo e a bagagem dos deveres domésticos que as mulheres vem carregando ao longo de séculos.

As ações, atividades e trabalho das mulheres da floresta estão permeadas de saberes tradicionais, cujo o “conhecimento tradicional é definido como o conjunto de saberes e saber-fazer a respeito do mundo natural, sobrenatural, transmitido oralmente de geração em geração” (Diegues, 2000, p. 30). Saberes esses que garantem formas de manejo da natureza para sobrevivência da comunidade, como plantas, frutas, animais e elementos naturais como um todo, maneiras subjetivas de cuidado, uso e vínculo, como um caminho para manutenção e extensão de suas

culturas, normas e regras.

A natureza faz parte do cotidiano das mulheres amazônidas, trata-se de onde nascem, vivem e sobrevivem, com uma conexão íntima com a natureza, parte pertencente e necessária. Portanto, desenvolvem técnicas sociais de produção e reprodução sustentável da natureza, mas também de proteção de sua territorialidade. Diegues (2000) nos evidenciam que o saber tradicional difere-se do saber científico, pois o saber tradicional ultrapassa o entendimento de ter maneiras de subsistência daquela comunidade, está também relacionada a manutenção da sociobiodiversidade dos seus territórios.

A potencialidade dos saberes tradicionais torna-se invisibilizada dentro da perspectiva capitalista neoliberal, no entanto um forte componente para subsidiar e fortalecer os saberes tradicionais são as Tecnologias Sociais. Chaves (2023, p. 222) sobreleva que os princípios da TS (tecnologia social) estão em torno de possibilitar a “[...] democracia, justiça social e desenvolvimento humano [...]”, o saber científico em prol do saber tradicional, possibilitando um desenvolvimento e aperfeiçoamento das habilidades com o objetivo de melhoria socioeconômica, autonomia, organização social e adaptações em meio aos impactos climáticos e desigualdades socioeconômicas, no entendimento que as TSs não são uma solução totalitária de fomentar uma transformação social, são ações necessárias dentro de um processo comunitário e a uma possível porta de entrada para balizar políticas públicas reais de garantia de direitos as mulheres amazônidas.

### ***Políticas públicas e fator amazônico***

A formulação de políticas públicas em contextos marcados por desigualdades históricas exige uma abordagem que considere os territórios, suas populações e as múltiplas determinações sociais envolvidas. Na Amazônia, esse desafio se intensifica diante das especificidades culturais, ambientais e políticas que compõem a realidade da região. Políticas públicas, enquanto ações estatais voltadas à garantia de direitos, deveriam ser acessíveis a todos os sujeitos sociais, sobretudo àqueles em situação de maior vulnerabilidade socioeconômica, como as mulheres amazônidas, que enfrentam desafios interseccionais de gênero, classe,

raça e territorialidade. No entanto, observa-se que, na Amazônia, essas políticas são frequentemente moldadas por interesses que desconsideram as particularidades dos povos que nela vivem:

[...] as políticas públicas implementadas, na região, vêm sendo marcadas pelos interesses e estratégias de expansão das relações capitalistas, mediante as correlações de força existentes nas diferentes esferas do poder, que incidem, diretamente, no modo de vida das comunidades tradicionais [...] (Lira; Chaves; 2016, p. 67).

No que diz respeito ao acesso das mulheres amazônidas às políticas públicas, é necessário destacar os obstáculos estruturais que se colocam entre o direito e a sua efetivação. As distâncias geográficas, a precariedade da infraestrutura pública e a ausência de políticas pensadas a partir do território dificultam que essas mulheres, muitas delas responsáveis pelo sustento familiar, consigam acessar de forma contínua e qualificada serviços essenciais como saúde, educação, assistência social e políticas de enfrentamento à violência de gênero. Tais barreiras não são apenas materiais, mas também simbólicas, pois refletem um projeto de Estado que ainda marginaliza os saberes, as práticas e as demandas das populações tradicionais.

As políticas públicas mais visibilizadas na região são aquelas de caráter compensatório, como os programas de transferência de renda e ações pontuais na área da saúde básica. No entanto, essas políticas, embora fundamentais, operam sob uma lógica focalizada e compensatória, não enfrentando estruturalmente as causas da desigualdade de gênero e da pobreza. Na saúde, programas voltados à atenção básica tentam alcançar comunidades afastadas, mas a logística de deslocamento, a escassez de profissionais e a falta de equipamentos adequados comprometem sua eficácia. Como aponta Maria P. S. Chaves, essas políticas têm uma lógica:

[...] oposta aos interesses e demandas de vastos segmentos das populações amazônidas, tendo em vista que estas sempre foram justificadas sob a alegação da premente necessidade de 'desenvolver' e 'integrar' a região aos centros dinâmicos do país e à economia internacional [...] (Chaves, 2001, p. 67).

Dessa forma, a política pública na Amazônia historicamente serve mais ao projeto de exploração e incorporação da região à lógica do capital do que à garantia dos direitos de seus povos.

Os desafios das políticas públicas na Amazônia são múltiplos e estruturais. Entre eles, destaca-se o descompasso entre a elaboração das políticas — muitas vezes

pensadas a partir do centro-sul do país — e a realidade concreta dos territórios amazônicos. A ausência de diálogo com os saberes locais, a desconsideração das práticas comunitárias e o etnocentrismo que permeia muitas ações governamentais produzem políticas que se revelam inefetivas. Além disso, o desmonte das políticas públicas provocado pelo avanço do neoliberalismo e a militarização da gestão pública agravam a exclusão histórica dos povos amazônicos (Casara, 2021). É nesse contexto que se insere o chamado "fator amazônico", conceito que remete às especificidades ambientais, culturais, históricas e sociais da Amazônia. O fator amazônico exige que as políticas públicas considerem as dinâmicas territoriais, a diversidade étnica e os saberes tradicionais que caracterizam a região.

As comunidades ribeirinhas, por exemplo, são marcadas por modos de vida profundamente vinculados ao território e aos ciclos naturais. Chaves (2001) destaca que as comunidades ribeirinhas desenvolvem um modo de vida singular, caracterizado por práticas específicas no uso e manejo coletivo do território e dos recursos naturais, guiadas por saberes tradicionais e pautadas em relações comunicativas e cooperativas. Essas especificidades também se manifestam na organização social do trabalho, assim como nos vínculos de compadrio e nas relações de parentesco que estruturam a vida comunitária. Essa forma de vida, atrelada ao saber tradicional e à experiência coletiva, é frequentemente invisibilizada ou desconsiderada nas políticas públicas que chegam até essas populações.

Ademais, a identidade sociocultural desses grupos está ligada à sua localização e à relação com o meio ambiente. “A localização espacial nas áreas de várzea, nos barrancos, os saberes sócio-históricos que determinam o modo de produção singular [...] concorrem para a determinação da identidade sociocultural desses atores” (Chaves, 2001, p. 78). Essa identidade também é política: as formas de organização comunitária têm como finalidade “a conquista de seus direitos e a constituição de meios para atendimento das necessidades básicas” (Lira; Chaves, 2016, p. 75), demonstrando a existência de um protagonismo político muitas vezes ignorado pelas estruturas formais do Estado. Segundo Leff (2006), é imprescindível territorializar as políticas públicas, reconhecendo que a racionalidade dominante ocidental-industrial é incapaz de compreender a complexidade ecológica e cultural

da Amazônia.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Diante do exposto, reafirma-se a necessidade urgente de repensar o modelo de formulação e implementação das políticas públicas na Amazônia, considerando suas múltiplas determinações sociais e territoriais. A realidade das mulheres amazônidas, atravessada por questões de gênero, raça, classe e territorialidade, evidencia que o acesso às políticas públicas ainda é profundamente desigual e limitado por entraves estruturais e simbólicos.

A lógica dominante, moldada por interesses econômicos e políticos alheios às realidades locais, desconsidera as particularidades dos modos de vida amazônicos, invisibilizando os saberes tradicionais e as formas de organização comunitária dessas mulheres. Ao privilegiar uma visão desenvolvimentista e centralizadora, o Estado perpetua práticas colonizadoras e distanciadas das reais demandas das populações da região.

Reconhecer o fator amazônico como central para a construção de políticas públicas efetivas implica reconhecer, também, o protagonismo das mulheres amazônidas e a potência transformadora dos seus saberes, experiências e lutas. Somente a partir de um processo de territorialização das políticas, com base no diálogo intercultural e na valorização das dinâmicas locais, será possível avançar na construção de políticas públicas comprometidas com a justiça social e com a superação das desigualdades históricas que marcam a região.

Além de reconhecer as particularidades e dialogar com as reais protetoras dessa imensidão amazônica, mulheres amazônidas, e assim, viabilizar de fato políticas públicas preocupadas em atender aspectos regionais, saindo além de serviços paliativos, engajar em políticas transformadoras é de suma importância o interesse do poder público, no entanto, para entrar na agenda política é necessário uma organização e força política, como todos os nossos direitos que foram alcançados e garantidos por base de lutas políticas. E para isso, o primeiro passo é a compreensão e capacitação sobre sustentabilidade e toda sua sociobiodiversidade, que engloba as mulheres amazônidas, nesse caso, um

entendimento e apropriação profissional, destacamos a responsabilidade da nossa categoria profissional com a sustentabilidade, como gestora de projetos, avaliadoras de políticas públicas e viabilizadoras de direitos.

Por fim, é um comprometimento societário, em vista disso, a politização ecológica de modo geral, principalmente no meio urbano faz-se essencial, bem como uma interação interdisciplinar, para fundamentar o início de uma emancipação ecológica capaz de impulsionar respostas estatais, através de políticas públicas de vieses particulares. Ressaltamos novamente as Tecnologias Sociais como componente a ser utilizado como base para políticas públicas, somente assim, os desafios de acesso a políticas públicas por mulheres amazônicas estarão sendo galgados para uma tratativa e transformação socioeconômica, cultural, política, territorial e emancipatória.

## REFERÊNCIAS

CASARA, Rubens R. R. **Contra a miséria neoliberal**. São Paulo: Civilização Brasileira, 2021.

CHAVES, Maria P. S. R. Sustentabilidade & objetivos do desenvolvimento sustentável na Amazônia: geração de Tecnologias sociais em comunidades tradicionais. In: Andrade et al. (org). **Serviço Social, Direitos Humanos e Sustentabilidade**. Manaus: Edua; São Paulo: Alexa Cultural, 2023.

CHAVES, Maria P. S. **Uma experiência de pesquisa-ação para gestão comunitária de tecnologias apropriadas na Amazônia**: o estudo de caso do assentamento de Reforma Agrária Iporá. Tese (Doutorado em Política Científica e Tecnológica) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2001.

CHAVES, Maria P. S.; LIRA, Talita. **Comunidades ribeirinhas na Amazônia**: organização sociocultural e política. *Interações*, Campo Grande, MS, v. 17, n. 1, p. 66-76, jan./mar. 2016. Disponível em: <https://interacoesucdb.emnuvens.com.br/interacoes/article/view/593>. Acesso em: 02/06/2025.

DIEGUES, A. C. (org.); ARRUDA, R. S. V.; SILVA, V. C. F. da; FIGOLS, F. A. B.; ANDRADE, Daniela. **Os Saberes Tradicionais e a Biodiversidade no Brasil**. NUPAUB, USP, PROBIO, MMA, CNPq. São Paulo, fevereiro de 2000. Disponível em: <<http://nupaub.fflch.usp.br/sites/nupaub.fflch.usp.br/files/saberes%20trad.pdf>>. Acesso em: 02/06/2025.

LIRA, T. M.; CHAVES, M. P. S. R. **Comunidades ribeirinhas na Amazônia:** organização sociocultural e política. Interações, Campo Grande, p. 66–76, 2016.

SACHS, Ignacy. **Estratégias de transição para o século XXI:** desenvolvimento e meio ambiente. São Paulo: Studio Nobel; Fundação do Instituto de Pesquisas Econômicas – FIPE; Editora da Universidade de São Paulo – EDUSP, 1993.

TORRES, Iraildes Caldas. Mulheres pescadoras e a ressignificação do mito do panema na Amazônia. In: TORRES, Iraildes Caldas; SANTOS, Fabiane Vinente dos (Org). **Intersecção de gênero na Amazônia.** Manaus: Edua, 2011.

### **Diana Kássia Oliveira de Almeida Silva**

Discente do Programa de Pós-graduação em Serviço Social e Sustentabilidade da Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Desenvolve estudos voltados às políticas públicas, mulheres amazônidas, saberes tradicionais e sustentabilidade. Atua em pesquisas relacionadas às desigualdades sociais na Amazônia e à efetivação de direitos em contextos territoriais específicos.

### **Manuela Lopes Muniz**

Discente do Programa de Pós-graduação em Serviço Social e Sustentabilidade da Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Suas pesquisas concentram-se nas temáticas de políticas públicas, diversidade sociocultural e questões socioambientais na Amazônia, com ênfase nas populações tradicionais e nas desigualdades de acesso a direitos.

### **Rejane Nunes Moraes dos Passos**

Discente do Programa de Pós-graduação em Serviço Social e Sustentabilidade da Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Desenvolve estudos nas áreas de políticas públicas, sustentabilidade e justiça social, com foco nas dinâmicas sociais amazônicas e nos desafios enfrentados por populações em situação de vulnerabilidade.

### **Iraildes Caldas Torres**

Docente da Universidade Federal do Amazonas (UFAM) e atua no Programa de Pós-graduação em Serviço Social e Sustentabilidade. Possui trajetória acadêmica consolidada nas áreas de Serviço Social, Amazônia, mulheres da floresta e saberes tradicionais, com ênfase em políticas públicas e questões socioambientais.

## **Lidiany de Lima Cavalcante**

Docente da Universidade Federal do Amazonas (UFAM) e integra o Programa de Pós-graduação em Serviço Social e Sustentabilidade. Desenvolve pesquisas nas áreas de políticas públicas, sustentabilidade e Serviço Social, com foco nas especificidades regionais amazônicas e na promoção de direitos sociais.